

RESENHA | REVIEW 

**FABIANA RAQUEL LEITE. A LÍNGUA GERAL PAULISTA.
“VOCABULÁRIO ELEMENTAR DA LÍNGUA GERAL BRASÍLICA”.
SAARBRÜCKEN: NOVAS EDIÇÕES ACADÊMICAS, 2015. 222P.
ISBN 978-613-0-16849-0**

Francisco Silva Noelli^a
Marianne Sallum^b

^a Universidade de Lisboa, doutorando e investigador do Centro de Arqueologia (UNIARQ), apoio financeiro FCT: 2020.05745.BD. University of Massachusetts-Boston, pesquisadora visitante no New England Indigenous Laboratory. Universidade de São Paulo, pesquisador do Laboratório Interdisciplinar de Pesquisas em Evolução, Cultura e Meio Ambiente (LEVOC), Museu de Arqueologia e Etnologia, apoio financeiro FAPESP: 2019/18664-9. E-mail: francisco.noelli@edu.ulisboa.pt

^b Universidade de São Paulo, pós-doutoranda do Laboratório Interdisciplinar de Pesquisas em Evolução, Cultura e Meio Ambiente (LEVOC), Museu de Arqueologia e Etnologia, apoio financeiro FAPESP: 2019/17868-0, 2019/18664-9. University of Massachusetts-Boston, pesquisadora visitante no New England Indigenous Laboratory, apoio financeiro BEPE-FAPESP: 2021/09619-0. Universidade de Lisboa, investigadora no Centro de Arqueologia (UNIARQ). E-mail: marisallum@usp.br

O conhecimento linguístico e histórico da Língua Geral Paulista está em construção. O tema despertou interesse na década de 1950 e a definição mais citada é a de Aryon D. Rodrigues, de 1996, considerando que o termo “língua geral” foi usado no Brasil pelos portugueses desde o século XVII para designar as “línguas faladas por toda a população”, como resultado das relações entre indígenas falantes das línguas da família Tupi-Guarani e europeus. Ele considerou que às línguas gerais “foi-se agregando um contingente de origem africana e contingentes de vários outros povos”. Desde então o estudo da LGP vem avançando em várias direções, para superar o estado da arte constatado no início do século XXI, quando a pesquisa das línguas gerais ocupava “espaço pequeno de reflexão como se pode observar pela escassa produção acadêmica existente, incompatível com a relevância do tema”, cuja importância da “compreensão histórica e linguística dessas línguas pode constituir uma chave para acessar informações sobre as nossas sociedades” (BESSA FREIRE; BORGES, 2003), conectando passado e presente.

As ideias acima serviram como pressuposto do livro de Fabiana Raquel Leite, apresentado em 2013 como dissertação de mestrado na UNICAMP. Trata-se do mais completo e sistemático levantamento de informações documentadas sobre a LGP, estabelecendo um ponto de partida relevante para avançar na investigação. O livro analisa as ideias acadêmicas concebidas a partir do século XIX, relacionando-as com o histórico do uso dos termos Tupi, Tupiniquim e Tupinambá, mas adotando Tupi como o “etnônimo para denominar o grupo indígena morador de São Vicente e do planalto paulista”. Também foram reunidos e analisados alguns elementos probatórios para verificar a composição da principal fonte analisada, o *Vocabulário Elementar da Língua Geral Brasileira* (VELGB), feito por José Joaquim Machado de Oliveira, concluído em 1846 e publicado apenas em 1936.

A escassez de dados levou Leite a não fazer um exame gramatical, restringindo-se à análise comparativa da morfologia e da fonologia de 1311 entradas, que também foram comparadas com os léxicos Guarani e “Tupi” para verificar semelhanças e diferenças semânticas entre eles. Como base para tais comparações, foram usadas outras fontes lexicais da LGP: o dicionário de verbos de Martius, um vocabulário compilado por Saint-Hilaire e o manuscrito do *Vocabulário Língua Geral dos Índios das Américas*.

Algumas peculiaridades da formação da LGP foram consideradas para estabelecer a análise crítica do VELGB. Ele foi cotejado sistematicamente com obras mencionadas por Oliveira, como os vocabulários de línguas gerais e os dicionários de António Ruiz de Montoya. Assim Fabiana Leite concluiu que “grande parte dos dados presentes nesse documento foi colhida pessoalmente pelo seu autor entre os mestiços da província de São Paulo durante o período em que ele foi Diretor Geral dos Índios da Província”. Essas comparações da autora tiveram por fundamento a proposta de Lemos Barbosa, que considerava o Tupi como um “meio termo linguístico”, distanciado das

COMO CITAR ESTE ARTIGO

NOELLI, Francisco Silva; SALLUM, Marianne. RESENHA: Fabiana Raquel Leite. A Língua Geral Paulista. “Vocabulário Elementar da Língua Geral Brasileira”. Saarbrücken: Novas Edições Acadêmicas, 2015. 222p. ISBN 978-613-0-16849-0. Cadernos do Lepaarq, v. XIX, n.38, p. 264-267, Jul-Dez. 2022.

línguas Tupinambá e Guarani. E, partindo dessa perspectiva, a autora balizou a sua abordagem para buscar compreender os processos históricos coloniais relativos à formação da LGP e as relações que levaram aos falantes do Tupi as influências, principalmente, do português e do Guarani e, em escalas variadas, de outras línguas indígenas, como Bororo, Kaingang e Kayapó do Sul ou Panará, e o espanhol. Apesar da expectativa da influência de palavras das línguas africanas, não há registros delas no VELGB, certamente pela ênfase dada por Oliveira às palavras indígenas.

Ao mesmo tempo que consolida um caminho, quando contrastado com outras linhas da pesquisa linguística histórica em São Paulo, o livro permite entrever os desafios a serem enfrentados na investigação da LGP. O estudo da gramática é um deles, com contribuições de vária(o)s desbravando acervos documentais da burocracia dos séculos XVII e XVIII para identificar a autoria de paulistas, brasileiros de outros lugares ou portugueses natos e se o conteúdo permite entrever elementos mudança gramatical no “português paulista”, como fez Célia Maria Moraes de Castilho (2011). A pesquisa identificou entre 353 autores de documentos, 48 “mamelucos”, 13,5% do total, sugerindo a necessidade de uma futura análise linguística “mais fina” para documentar processos de mudança gramatical.

A fonologia e a transcrição fonética da Língua Geral Paulista é um campo de pesquisa que precisa ser desenvolvido, tanto em termos indígenas, quanto nas suas transformações posteriores no dialeto caipira e no português paulista. As 1311 palavras do VELGP precisam dessa transcrição, dada a sua importância atribuída como registro histórico. Mas o levantamento deve ser continuado em outras fontes do repositório documental paulista, um vasto campo a ser explorado, aproveitando os estudos de filologia em andamento, incluindo o desenvolvimento da edição filológica virtual, como propuseram Vanessa Monte e Maria Clara Paixão de Sousa (2017), para manusear digitalmente documentos manuscritos frágeis. Dessa forma se poderá entrever com novas perspectivas a formação gramatical do português paulista.

REFERÊNCIAS

- BESSA FREIRE, J. R.; BORGES, L. C. 2003. Apresentação. In: BESSA FREIRE, J. R.; ROSA, M. C. (Orgs.). *Línguas Gerais: Política Linguística e Catequese na América do Sul no Período Colonial*. Rio de Janeiro: Eduerj, pp. 7-10.
- CASTILHO, C. M. M. 2011. Inventários e Testamentos como documentos linguísticos. *Filologia e Linguística Portuguesa*, 13(1):269-286.
- MACHADO, A. 1936. O arquivo de Machado de Oliveira. *Revista do Arquivo Municipal*, 14:115-118. São Paulo, jun. 1936.
- MONTE, V. M.; PAIXÃO DE SOUSA, M. C. 2017. Por uma filologia virtual: o caso das atas da Câmara de São Paulo (1562-1596). *Revista da ABRALIN*, 16(1):1;26.
- OLIVEIRA, J. J. M. 1936. Vocabulário elementar da língua geral brasílica. *Revista do Arquivo Municipal*, 25:129-174.
- RODRIGUES, A. D. 1996. As Línguas Gerais Sul-Americanas. *Papia – Revista de Crioulos de Base Ibérica*, 42 (2): 6-18.

Recebido em: 13/11/2022

Aprovado em: 15/11/2022

Publicado em: 12/12/2022